



“Nereu Ramos é Maçom”: Embates político-religiosos entre um padre udenista e o catarinense que presidiu o Brasil.

THAYSE FAGUNDES E BRAGA*

Partindo de um manuscrito intitulado “Livro de Crônica da Paróquia de São João Batista”, iniciado no ano de 1950 pelo Padre José Locks, que explica a resistência dos paroquianos daquela cidade catarinense diante de sua posição política, foi possível encontrar relatos de discussões do religioso com o antigo interventor catarinense, Nereu Ramos. Outros documentos como cartas do Monsenhor Locks e o Livro Tombo da Paróquia de Itajaí (SC) foram consultados para entrecruzamento de dados que possibilitassem uma interpretação mais aprofundada das disputas que o religioso enfrentava no campo político.

Desta forma tem-se como objetivo deste artigo analisar os registros deixados pelo Padre José Locks acerca de seu posicionamento político, especialmente em relação à sua oposição ao presidente do PSD (Partido Social Democrático), Nereu Ramos. Para esta finalidade serão explorados: a biografia do Padre Locks, bem como os caminhos que lhe levaram ao engajamento político a favor da UDN (União Democrática Nacional); a posição política da família Ramos no Estado de Santa Catarina e sua ascensão, com destaque para o período no qual Nereu Ramos atuou como interventor de Santa Catarina; os argumentos levantados pelo Monsenhor para defesa de sua oposição ao político; e por fim, a postura assumida pela Arquidiocese de Florianópolis frente a estes embates.

O “Livro de Crônica da Paróquia de São João Batista”, principal documento a ser analisado, foi escrito na década de 1950, quando José Locks se tornou pároco da pequena cidade de São João Batista, vizinha de Tijucas. Este encargo durou de 1950 a 1969, período no qual seu engajamento político ficou mais latente. Acredita-se, entretanto, que foi sua passagem pela Paróquia de Itajaí, que marcou decisivamente suas convicções neste segmento. Sua carreira religiosa iniciou em 1920, ano no qual completou 27 anos, com seu ordenamento em Florianópolis. A partir de então teve passagens e retornos às paróquias de Laguna e Itajaí, ora como vigário outra como pároco, e também no Seminário de Azambuja onde lecionou em diversas ocasiões, até por fim, assumir a Paróquia de São João Batista, onde permaneceu por 19 anos.

* Universidade Federal de Santa Catarina. Doutoranda em História. Mestre em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade.

A história de Locks em Itajaí iniciou com a de sua carreira religiosa. No ano de 1921 ele se tornou vigário naquela Paróquia, possivelmente até 1924, quando tomou outros rumos, retornando a esta cidade apenas no início da década de 1930. Alcançou o cargo de Pároco ali apenas em 1938 e lá permaneceu até 1947, quando pediu demissão alegando diversos problemas de saúde que já vinham lhe acometendo há anos. Enquanto esteve em Itajaí mostrou ser convicto em sua crença na Igreja Católica Apostólica Romana, travando uma luta feroz contra os “crentes” que invadiam a cidade e procuravam roubar seus fiéis.

Em 1923, quando era coadjutor em Itajaí, enviou para o Arcebispo Dom Joaquim Domingues de Oliveira, uma carta denunciando certo professor de Camboriú que era protestante e fazia seus alunos seguirem aquela religião. Locks, certo da influência do Arcebispo sobre os políticos do estado, solicitou auxílio do Reverendíssimo, no que foi atendido (LOCKS, 1923). Ao retornar à Itajaí, logo em 1931, é possível observar novamente o assunto do protestantismo lhe incomodando. E como quem procura solução ao caso, enviou carta ao Arcebispo esclarecendo as práticas empregadas por estes em Camboriú, que comoviam os católicos (LOCKS, 1931).

Além disso, entre os itajaienses, instalaram-se alguns anabatistas que promoviam batismos no Rio Itajaí-Açú e em suas reuniões alguns recebiam o Espírito Santo e outros diziam ver os céus abertos, tudo isso, irritava profundamente o padre. Na mesma carta, Locks rapidamente avisa o Arcebispo do desejo que alguns católicos tinham de fundar um partido político, e pede esclarecimentos sobre a posição de seu superior (LOCKS, 1931). A resposta veio da Cúria com breve menção aos anabatistas, mas com grande empolgação em relação à ideia de fundação de um Partido Católico:

Quanto à fundação do partido Católico “Paroquial”, quero dizer, em cada paróquia, e com atribuições na paróquia ou município, o momento é favorável a que se funde. O vigário poderá ter atitude discreta. O programa poderia ser o que acenou o Episcopado, recentemente, e, em especial, o ensino religioso nas escolas, a subvenção ao ensino particular moldado pelos programas do Estado, e a oficialização do casamento religioso. A este partido poderiam incorporar-se os demais partidos existentes, cujos chefes poderiam mesmo assumir-lhe a direção, uma vez que estivessem de acordo com a sua finalidade. (OLIVEIRA, 1931)

Nada mais foi encontrado nas cartas de Locks acerca do tal partido político, mas é relevante o interesse e empolgação do Arcebispo pela possibilidade desta iniciativa e seus benefícios para a Igreja Católica. O fato de não receber apoio sobre a questão dos protestantes, entretanto, pode ter sido o impulsionador para que o padre Locks resolvesse o problema de seu próprio jeito. Em fins de agosto de 1931, o religioso decidiu fazer uma novena na casa de uma católica, na localidade conhecida como Quilombos (Barra do Rio), em Itajaí, defronte outra residência onde se costumava realizar reuniões de protestantes. Os ânimos se exaltaram naquela ocasião terminando a noite com pancadarias entre os fieis. Jornais de Itajaí como *O Pharol* (TUMULTO, 1931,p.2) e *O Libertador* (O QUILOMBO, 1931, p.2), anunciaram o fato com descaso, relatando apenas um tumulto no qual a polícia foi chamada a resolver, mas para *O Estado*, de Florianópolis, houve pancadaria e depredação, e uma mulher chegou a levar uma facada na perna. Este jornal culpou a o “animo belicoso” de Locks por toda esta arruaça ([CORRESPONDÊNCIA], 1931, p.1). Nenhuma carta foi encontrada contendo este assunto, e nem sequer houve registro do fato no Livro Tombo da Paróquia.

Em 1938 o padre alcançou o posto de Pároco e se tornou o responsável pelo início da construção da nova Igreja Matriz de Itajaí. Possivelmente esta tarefa lhe aproximou de Irineu Bornhausen que fazia parte da Comissão Construtora da nova igreja, e que foi prefeito de Itajaí entre os anos de 1936 a 1939, através de eleição e não por nomeação do interventor. No manuscrito sobre a cidade de São João Batista que o Monsenhor Locks escreveu na década de 1950, há o relato de sua grande amizade com Irineu Bornhausen, o que lhe causou grandes problemas naquela paróquia.

Irineu Bornhausen começou sua carreira política em Itajaí como vereador. Seu casamento com Maria Konder marcou sua aliança com uma das maiores potências políticas do estado: a família Konder. Alguns de seus cunhados eram: Adolpho Konder, que foi governador de Santa Catarina de 1926 a 1930; Arno Konder, que ocupou o cargo de cônsul do Brasil na década de 1930 em Washington e posteriormente na Alemanha; Vitor Konder, que foi Ministro da Viação e Obras Públicas no governo do presidente Washington Luís; e Marcos Konder que por muitos anos foi Superintendente de Itajaí e deputado estadual por diversas vezes.

Após abandonar o cargo de prefeito de Itajaí em 1939, Irineu passou alguns anos cuidando dos negócios de sua família para retornar à política como candidato ao cargo de Governador de Santa Catarina, pela UDN. Na primeira convenção deste partido no estado Irineu Bornhausen foi escolhido como candidato udenista por unanimidade (ROTHBARTH; SILVA, 2005, p.258). Seu rival era o Dr. Aderbal Ramos da Silva, do PSD, que contava com o apoio do vice-presidente Nereu Ramos. Nestas eleições aconteceu que o padre José Locks sendo Pároco de Itajaí emitiu um atestado em 1945 alegando ser Irineu Bornhausen católico praticante, bom esposo, e bom pai de família, sendo que o mesmo não se podia afirmar acerca do outro candidato, conforme o padre registrou em seu Livro de Crônica (LOCKS, 1950, p.4). O udenista não foi vencedor, mas candidatou-se novamente nas eleições de 1950. A oposição entre as famílias Konder e Ramos na política existe desde o início do século XX e ainda hoje alguns catarinenses não se esqueceram dos embates entre PSD e UDN:

Da linhagem de Adolpho Konder (irmão de Marcos Konder, deputado estadual e prefeito de Itajaí, e de Victor Konder, deputado estadual e ministro da Viação e Obras Públicas no governo Washington Luís), que trabalhou com Hercílio Luz e governou o Estado entre 1926 e 1929, resultaram personagens como Irineu, Jorge e Paulo Konder Bornhauen, cujo filho Paulo Roberto acabou de concorrer ao Senado pelo PSB (Partido Socialista Brasileiro), além de Antônio Carlos Konder Reis. Já o “velho” Vidal Ramos, adversário de Hercílio e Adolpho Konder, governou entre 1910 e 1914 e foi o patriarca de uma oligarquia lageana da república Velha que revelaria nomes como Aristiliano Ramos, Nereu Ramos, Aderbal Ramos da Silva e Celso Ramos. “Até hoje, em municípios como Lages, Curitiba, Campos Novos e Caçador, ainda se fala em UDN e PSD nas discussões políticas”, conta Carlos Alberto Lenzi. (SCHMITZ, 2014)

Naquele mesmo ano, 1950, o Monsenhor José Locks assumiu a Paróquia de São João Batista, o que causou tumulto, pois grande parte dos fieis eram pessedistas e lembravam-se do atestado emitido por Locks em benefício de Irineu Bornhausen, além disso, há certa altura o padre não escondia mais sua predileção política:

Como eu tinha relações pessoais com o Sr. Irineu Bornhausen e com seu sobrinho dr. Konder Reis, excelente moço, formado na Universidade Católica do Rio comecei a pender primeiro discretamente e depois já sem rebuços para este lado donde a igreja podia esperar mais vantagens. (LOCKS, 1950, p.5)

O religioso defendia que a candidatura de Irineu Bornhausen traria mais benefícios para a Igreja, porque, além da confiança ele tinha acerca do bom caráter do político, o candidato do PSD, Udo Deeke, era protestante. Para garantir o sucesso de Deeke, sem intervenção do clero, Nereu Ramos reuniu-se com alguns Bispos do estado. Como a maioria do clero católico simpatizava com Irineu Bornhausen correu pelas paróquias duas circulares emitidas pela Cúria Metropolitana, a primeira afirmando serem os dois candidatos dignos do voto dos católicos, e a segunda que “tomava posição de proteção de Udo Deeke” (LOCKS, 1950, p.5), o candidato protestante.

Precisa-se lembrar, então, dos embates travados anos antes pelo Padre Locks contra o avanço do protestantismo no Vale do Itajaí e assim é possível imaginar sua grande indignação frente à posição tomada pela Cúria. Correu entre a população o boato de que o Arcebispo Metropolitano foi comprado pelo PSD para apoiar seu candidato. Esta não era a crença de Locks, mas ele tinha certeza que algum benefício retornaria pela assistência prestada: “Não creio que a Cúria tenha sido paga, ou tenha sob a cor de outro título recebido dinheiro para não contrariar a candidatura de Udo Deeke – mas não há dúvida alguma sobre a influência de interesses materiais na atitude de parte do clero” (LOCKS, 1950, p.5).

A Relação de Dom Joaquim com Nereu Ramos é de longa data. Desde sua ordenação como Bispo catarinense manteve laços estreitos com a oligarquia lageana. Sua nomeação ao cargo que ocupou em Santa Catarina ocorreu durante a gestão de Vidal Ramos no governo do estado, e coincide com a atuação de Nereu Ramos (filho de Vidal) como advogado da Cúria Metropolitana (SERPA, 1997, p.175). Apesar do Sínodo Religioso de 1910 proibir os padres de se envolverem com a política local, e o de 1919 ordenar que houvesse harmonia entre os vigários e as autoridades locais, não há dúvida que tais regras não eram piamente seguidas sendo que o próprio Bispo tinha sua posição político-partidária, sem alardes, mas marcando, sempre que possível, seu apoio à família Ramos e aos latifundiários do interior do estado. A contragosto do Bispo estava o padre José Locks, que prestava auxílio às campanhas de Irineu Bornhausen e aos industriais de origem teuta do litoral catarinense.

Nereu Ramos era advogado, formado pela Faculdade de Direito de São Paulo. Sua carreira política iniciou logo após os estudos, com o cargo de deputado na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, quando seu pai governava o estado. O jovem lageano teve carreira promissora

na política, o que não seria diferente devido a forte influência da posição de seu pai e da família frente às elites catarinenses. Em 1927 ele fundou e dirigiu o Partido Liberal Catarinense e em 1935 passou a governar o estado de Santa Catarina, posto que ocupou por dez anos. A partir de 1937, entretanto, manteve-se no cargo como interventor com a fundação do Estado Novo pelo presidente Getúlio Vargas.

Os anos de interventoria foram de terror para grande parte dos imigrantes e descendentes de alemães em Santa Catarina, especialmente com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, sem excluir aqueles que pertenciam às elites. Desde o início do século XX havia certa preocupação no Brasil com a nacionalização das regiões e “guetos” estrangeiros formados em território nacional, a cidade de Blumenau, por exemplo, colônia alemã, era uma dessas localidades. Muitos descendentes de alemães, nascidos no Brasil, só sabiam falar a língua de seus antepassados, e preservavam costumes vindos da Europa, o que era considerado uma ameaça à identidade nacional.

A família Ramos incumbiu-se de sanar este mal em Santa Catarina como se prestasse um grande favor à nação, sabe-se, entretanto, que tinha intenção de diminuir o poder político de seus rivais, os industriais do litoral catarinense, quase todos, de origem germânica como afirmou o historiador Élio Cantalício Serpa: “É possível inferir que o combate ao germanismo tinha também como alvo a neutralização dos interesses dos representantes do modelo urbano-industrial, cujos redutos eram Blumenau, Joinville e Brusque” (1997, p.163). Desta forma, é possível observar que logo em 1911, quando Vidal Ramos assumiu o governo do estado teve preocupação com a reestruturação do sistema educacional devido à alta taxa de analfabetismo e a necessidade de integração do elemento estrangeiro, trazendo assim de São Paulo o afamado educador Orestes Guimarães para esta tarefa (LUNA, 2000, p.40).

Foi, entretanto, nas décadas de 1930 e 1940 que este plano alcançou seu auge através da Campanha de Nacionalização implementada por Vargas e executada por Nereu Ramos em Santa Catarina. Sua primeira fase teve início em 1938 atingindo o sistema educacional e em 1939 ocorreu a proibição do uso de língua estrangeira colocando em apuros muitos que não falavam o português, inclusive membros do clero. Não havia no estado grande quantidade de religiosos brasileiros, e os cargos eram ocupados por sacerdotes estrangeiros ou descendentes dos imigrados, o que também era mau visto. O “caça às bruxas”, porém, se deu com a entrada

do Brasil na Guerra, após o torpedeamento de embarcações da Marinha Mercante nacional. A partir de então surgiu um clima de vingança voltado contra os estrangeiros e seus descendentes, considerando-os como possíveis conspiradores, conforme explicou a historiadora Marlene de Fáveri:

Bem, no calor da hora, quando o Brasil rompeu relações diplomáticas com os países do Eixo – Alemanha, Itália e Japão -, em janeiro de 1942, movimento que já vinha sendo “induzido” por pressões norte-americanas, os ânimos se exaltaram. Entre janeiro de 1942 a maio de 1945, as ações governamentais estavam voltadas contra os “perigos”, representados na imagem do estrangeiro ou de pessoas de descendência dos países ligados ao Eixo. É nesse momento de “caça às bruxas” que a ideia de conspiração se acirrou e as perseguições policiais passaram a ter lugar assegurado e legitimado. (FÁVERI, 2005, p.42)

O padre José Locks sofreu com os ânimos exaltados da população itajaiense. Apesar de ser catarinense, nascido em São Ludgero, era descendente de alemães. O sacerdote escreveu uma carta ao Arcebispo Metropolitano em 20 de agosto de 1942, já fora de Itajaí, contando-lhe com apreensão tudo o que ocorrera naquela cidade e o motivo de sua urgente retirada. Enquanto visitou algumas capelas longe do centro da cidade houve o torpedeamento de cinco navios brasileiros na costa da Bahia, e a partir de então se elevou o clima de revanchismo na cidade, especialmente contra os descendentes de alemães. Locks relatou as atrocidades cometidas naqueles dias:

(...) alguns elementos invadiram a casa de um fotógrafo que suspeitavam possuir uma radio transmissora clandestina. A casa do homem foi completamente depredada. No outro dia, quinta-feira, começaram grupos de estivadores a desacatar alemães natos de destaque social. Um hotelheiro, residente à Rua P. Ferreira, foi levado a força ao jardim público, ante a igreja matriz, onde fizeram assentar numa cadeira, chamando um barbeiro que lhe cortou o bigode que ele usava a la Hitler. Parece que também lhe cortaram o cabelo. Depois foram à casa de outros alemães natos, quase todos chefes de industrias, obrigando-os a tomarem sobre os ombros cada um o seu aparelho de radio e marchar pelas ruas da cidade no meio do povo que acompanhava os coitadinhos, alguns com pena e outros vaiando. Outros foram agredidos a socos (...). (LOCKS, 1942)

Retornando de sua visita encontrou em uma das paredes da casa paroquial o desenho de um grande olho, chamado, segundo ele de “olho de Moscou” e abaixo escrito “5ª coluna”. Seu

auxiliar, Padre Agenor lhe explicou que mais de 50 casas na cidade estavam marcadas com aquele símbolo e que poderiam sofrer com assaltos de comunistas. Padre Agenor também recebeu um bilhete com um aviso para que não defendesse seu amigo, no caso o Padre Locks. Até mesmo o delegado veio até Locks pedir que ele não saísse à rua, pois corria sério risco. Assim, o sacerdote decidiu passar algum tempo em Azambuja, região de Brusque onde fica o Seminário no qual ele foi professor, e pediu autorização na carta para este ato. Ele também explicou porque não iria ao Congresso Eucarístico que ocorreria em São Paulo: “Desisti de minha ida a S. Paulo por causa do meu físico de alemão (que não sou) e que poderá, neste tempo de nervosismo, causar suspeitas” (LOCKS, 1942).

A resposta da Cúria para o caso veio em uma carta onde diversos assuntos receberam maior atenção do que o relatado por Locks, ainda que tenha recebido a autorização para sua estadia em Azambuja (OLIVEIRA, 1942). Apesar do sofrimento que o clero enfrentou com religiosos sendo hostilizados, presos e até mesmo por alguns que tiveram que deixar o país, não foi abalada a relação da Cúria com o Interventor. Nem mesmo os esclarecimentos que precisavam prestar ao governo acerca de sacerdotes que se suspeitava conspirarem contra o Brasil, rompeu a aliança entre Nereu Ramos e o Arcebispo, o que pode ser percebido alguns anos depois, com o total apoio de Dom Joaquim aos candidatos indicados pelo político. Marlene de Fáveri também analisou o apoio prestado pela Igreja Católica à nacionalização empreendida no estado:

Não há dúvidas quanto a parceria entre a Igreja católica e Nereu Ramos na disciplinarização de condutas e construção de sujeitos ordeiros e obedientes. É possível afirmar, com toda segurança, que a Igreja católica constitui força e capital simbólico no sucesso da nacionalização forçada, cujo pacto/aliança com o Estado deu-lhe ganhos enormes, mas não a isentou de ter que responder pelos atos de insubordinação de parte do clero. (FÁVERI, 2005, p.164)

A perseguição ao clero estrangeiro no Brasil é um dos motivos pelos quais o Padre Locks, que sofreu com a Campanha de Nacionalização mesmo sendo brasileiro e falando perfeitamente o português, acreditava que Nereu Ramos era maçom. Locks contou em seu manuscrito sobre a Paróquia de São João Batista que um mês antes das eleições de 1950 Nereu Ramos enviou em sua casa os senhores Francisco Gallotti e Luis Teller (Prefeito de Tijucas) para convencê-lo que o antigo interventor não era maçom, como o padre havia dito.

Mas nenhum dos argumentos lhe fez mudar de ideia, no que Francisco Gallotti comentou: “Então o sr. quer dizer que as comunhões que sr. Nereu Ramos fez são sacrílegas. Respondi que uma vez que o considerava maçom, outra conclusão não poderia tirar” (LOCKS, 1950, p.7).

Após sua vitória como vice-presidente, Nereu Ramos enviou uma carta ironizando a posição do padre. Locks não se rebaixou ao governante, respondeu a carta expondo os motivos pelos quais acreditava que o destinatário era maçom. O primeiro motivo apresentado refere-se aos maus tratos e humilhação que o clero sofreu enquanto este foi interventor de Santa Catarina; o segundo é sobre a preferência do lageano em preencher os cargos públicos à sua disposição com espíritas e maçons; o terceiro motivo é acerca do monopólio do governo estadual sobre o ensino priorizando as escolas públicas em descaso com as escolas paroquiais; e por fim, a morte de Tombosi (ou Tambosi), em Rodeio, a mando de Nereu Ramos, como corria na cidade, depois que aquele homem havia lhe gritado: “Maçom, maçom, maçom!”.

Nereu Ramos, parecia contrariado com a posição do padre Locks, e chegou a responder aquela carta com outra de 28 páginas, que segundo o religioso expunha-se “como um advogado que defende com argumentos capciosos o réu mais culpado” (LOCKS, 1950, p.7). Se de fato, Monsenhor Locks acreditava que Nereu Ramos havia mandado matar Tombosi em Rodeio por tê-lo chamado de maçom, pode-se dizer que o padre foi bastante ousado ao divulgar que achava o mesmo, inclusive em embate direto com o vice-presidente. Evidente fica que Nereu Ramos incomodava-se sobremaneira com a posição de um padre que dirigia a Paróquia de uma cidade (São João Batista) que ainda hoje não chega a 35.000 habitantes. Infelizmente não foi possível medir a amplitude da influência do discurso proferido pelo Monsenhor Locks contra o interventor e a favor de Irineu Bornhausen, mas não há dúvida, que por causar tamanho desconforto à Nereu Ramos, atingiu público suficiente para provocar danos aos planos da oligarquia lageana.

Estes embates políticos-religiosos entre o padre José Locks e o vice-presidente Nereu Ramos mostraram a forte interferência do clero no âmbito político, ainda que as instruções dadas através dos Sínodos religiosos pregassem a neutralidade e a boa convivência dos sacerdotes com os governantes locais. Além disso, mesmo que a Igreja católica pregasse no século XX o combate à maçonaria e ao protestantismo, as alianças políticas realizadas por este clero

podem abrandar esta causa, como se viu com o apoio do Arcebispo Metropolitano de Florianópolis ao candidato protestante nas eleições para o governo do estado de Santa Catarina em 1950, e sua incondicional subserviência ao vice-presidente Nereu Ramos, taxado enfaticamente de maçom pelo Monsenhor José Locks.

Referências Bibliográficas:

[CORRESPONDÊNCIA de Itajaí]. **O Estado**. Florianópolis, p. 1. 31 ago. 1931.

FÁVERI, Marlene de. **Memórias de uma (outra) guerra: Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina**. 2. ed. Florianópolis; Itajaí: Ufsc; Univali, 2005.

HOBOLD, Vendelino. **Livro Tombo da Paróquia de Itajaí: 1941-1963**. 100f. Itajaí. Acervo da Secretaria da Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento em Itajaí (SC).

LOCKS, José. [Carta] 05 de junho de 1931, Itajaí [para] OLIVEIRA, Joaquim Domingues de., Florianópolis. 1f. Informa sobre o avanço do protestantismo em Itajaí e Camboriú.

LOCKS, José. [Carta] 20 agosto 1942, Itajaí [para] OLIVEIRA, Joaquim Domingues de., Florianópolis. 1f. Solicita afastamento de dois meses para o Seminário em Azambuja.

LOCKS, José. [Carta] 30 de julho de 1923, Itajaí [para] OLIVEIRA, Joaquim Domingues de., Florianópolis. 1f. Informa sobre professor protestante em Camboriú.

LOCKS, José. **Livro de Crônica da Paróquia de São João Batista: 1950**. 23f. São João Batista. Acervo do Arquivo Histórico Arquidiocese de Florianópolis (SC).

LUNA, José Marcelo Freitas de. **O Português na Escola Alemã de Blumenau: da formação à extinção de uma prática**. Blumenau; Itajaí: Furb; Univali, 2000.

OLIVEIRA, Joaquim Domingues de. [Carta] 16 de junho de 1931, Florianópolis [para] LOCKS, José., Itajaí. 1f. Responde sobre avanço do protestantismo e possibilidade de criação de partido católico em Itajaí.

OLIVEIRA, Joaquim Domingues de. [Carta] 26 de agosto de 1942, Florianópolis [para] LOCKS, José., Itajaí. 1f. Responde sobre pedido de férias em Azambuja.



O QUILOMBO em foco. **O Libertador**. Itajaí, p. 2. 1 set. 1931.

ROTHBARTH, Marlene; SILVA, Lindinalva Deólla da. **Famílias de Itajaí: mais de um século de história**. Itajaí: Nova Letra, 2005.

SCHMITZ, Paulo Clóvis. **Noventa anos depois, Hercílio Luz é lembrado por obras e herança política que deixou no Estado**. 2014. Disponível em: <<http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/noventa-anos-depois-hercilio-luz-e-lembrado-por-obras-e-heranca-politica-que-deixou-no-estado>>. Acesso em: 29 mar. 2017.

SERPA, Élio Cantalício. **Igreja e Poder em Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 1997.

TUMULTO numa reunião religiosa. **O Pharol**. Itajaí, p. 2. 30 ago. 1931.